

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para TCU, governo baixou artificialmente o rombo da previdência militar 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma administrativa deve ter 14 audiências e texto no fim de agosto 5

O ESTADO DE S. PAULO - PRIMEIRA PÁGINA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro quer reajuste para servidores em 2022 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste aos servidores - ADRIANA FERNANDES 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e o futuro que queremos (2) 9

A GAZETA - MT - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e os impactos no agro (2) 10

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência: fraudes, desvios e a necessidade de novo modelo (2) 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pelo fim do sonegador contumaz (2) 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China tenta domar inflação que pode ter impacto global 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uma onda persistente de retrocessos institucionais graves (2) 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com guerra comercial de Trump, a chinesa Shein se torna gigante de vendas 17

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pandemia levou a aumento de conflitos sociais no mundo 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes quer Sistema S como "sócio" do primeiro emprego 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC eleva juros a 4,25% e sinaliza nova alta 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Nos EUA, alta só em 2023 24

Quinta-Feira, 17 de Junho de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IFI prevê PIB maior e superavit em 2025..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Saia justa para a área econômica..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dólar cai abaixo de R\$ 5 após um ano, mas fecha em alta com anúncio do Fed..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Novo Bolsa Família pode ter cobertura menor para ir a R\$ 300..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

O risco de a inflação desancorar (2)..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Novo e robusto aumento do PIB até o fim do ano é improvável (2)..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BC dá adeus à moderação e promete pancada forte para segurar a inflação - ANALÍTICO
..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros altos e alerta sobre a inflação - MÍRIAM LEITÃO..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Equipe de Guedes não vê espaço para Bolsa Família de R\$ 300..... 40

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

UE aprova planos para resgate de Portugal e Espanha..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estado brasileiro precisa redefinir prioridades - CRISTIANO ROMERO..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IPCA deve subir 6,2% em 2021 e deixa inércia para 2022, diz LCA..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

União terá R\$ 47 bi para usar no teto de gastos em 2022, diz IFI..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado é pressionado pelo exterior; dólar volta a subir..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Ampliação de "jabutis" deixa em risco MP da Eletrobras..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Grupo de partidos centristas reúnem-se para buscar consenso..... 48

Para TCU, governo baixou artificialmente o rombo da previdência militar

GERALDADOCA geralda.doca@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou pela quarta vez o julgamento de um processo em que os auditores concluíram que o governo baixou artificialmente o rombo com a previdência dos militares e, ao mesmo tempo, inflou a despesa com aposentadoria dos servidores civis.

Uma auditoria da Corte sobre a projeção atuarial - gasto no futuro trazido a valores presentes -apontou queda artificial no déficit do regime dos militares e pensionistas em R\$ 52,7 bilhões e aumento do desequilíbrio do sistema de aposentadoria dos servidores da União em R\$ 49,2 bilhões. A notícia foi antecipada pela "Folha de S. Paulo".

O processo, relatado pelo ministro Bruno Dantas, estava na pauta da sessão plenária do TCU de ontem, mas o governo pediu o adiamento, argumentando que enviará informações complementares. Incluído em pauta por três ocasiões, o parecer sempre teve seu julgamento adiado, diante da sensibilidade do tema.

O relatório faz parte da avaliação geral das contas do presidente da República de 2020, com previsão de apreciação pelos ministros do TCU no fim deste mês.

ACESSO DIFICULTADO

Os auditores afirmam que o Ministério da Defesa dificultou o acesso aos dados dos militares e fazem várias recomendações ao Ministério da Economia, responsável pela consolidação dos dados, para corrigir distorções na divulgação das informações e deficiências de controle.

Alertam, ainda, que a não disponibilização de acesso a informações e documentos necessários para a realização de auditorias caracteriza descumprimento da Lei 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU), sujeito a aplicação de multa.

O trabalho compreende números do sistema de previdência das Forças Armadas no ano de 2020 e inclui também o regime de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado (**INSS**), além dos servidores da União, totalizando um passivo para a União de R\$ 1,86 trilhão.

No entendimento do TCU, o governo atua de forma deliberada ao diminuir artificialmente o impacto das aposentadorias dos militares nas contas públicas para não prejudicar o tratamento diferenciado à categoria. Isso ficou evidente na reforma da Previdência, em que as Forças tiveram aumento de salário, com reajuste de gratificações e elevação dos soldos. As regras para policiais federais e policiais civis e militares dos estados também foram amenizadas.

De forma geral, servidores civis e trabalhadores do setor privado foram mais afetados pelas mudanças nas regras da Previdência, com aumento dos anos de contribuição, idade mínima e redução do valor da aposentadoria.

MAIOR TRANSPARÊNCIA

Desde 2013, o TCU vem fazendo recomendações ao Ministério da Defesa para dar maior transparência aos gastos com a aposentadoria dos militares das Forças Armadas. O argumento da pasta era que o regime não poderia ser encarado como Previdência, mas como sistema de proteção, dadas as características da carreira, e, portanto, sem déficit. Mas essa questão já foi superada.

Na reforma administrativa, o Planalto acena novamente com tratamento diferenciado para profissionais da área de segurança. Os militares das Forças Armadas não foram incluídos na proposta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma administrativa deve ter 14 audiências e texto no fim de agosto

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Bolsonaro quer reajuste para servidores em 2022

O presidente Jair Bolsonaro encomendou ao ministro Paulo Guedes (Economia) reajuste no salário dos **servidores públicos** em 2022, informa Adriana Fernandes. Bolsonaro não quer entrar em ano eleitoral sem dar aumento para o funcionalismo, o que inclui as forças de segurança.

A coluna apurou que uma correção de 5% teria custo de R\$ 15 bilhões.

ECONOMIA / PÁG. B5

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reajuste aos servidores - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

O presidente Jair Bolsonaro encomendou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, um reajuste no salário dos **servidores públicos** em 2022. A coluna apurou que uma correção de 5% teria custo de R\$ 15 bilhões no Orçamento do ano que vem, segundo cálculos que estão sendo feitos pelo governo para o presidente.

Na estratégia de recuperar a popularidade em baixa por conta da pandemia da covid-19, Bolsonaro não quer entrar em período de eleição com mais de três anos sem dar aumento salarial para o funcionalismo público. Uma parte importante desse público eleitor - entre eles, as forças de segurança - é peça-chave da base de apoio com a qual Bolsonaro quer chegar em 2023.

Muitas categorias já estão, inclusive, há mais tempo sem reajuste, desde 2016.

Lei aprovada no ano passado pelo Congresso congelou os salários dos servidores até dezembro deste ano.

Uma trava importante é que essa mesma lei limitou o alcance de um reajuste escalonado, sem poder entrar no próximo mandato do governante. Mas o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 já autoriza o reajuste, abrindo o caminho para a medida.

A demanda presidencial é mais uma peça a complicar a equação complexa que será a pressão por mais e mais medidas eleitoreiras. Ficou mais difícil ainda depois que o presidente anunciou que o novo Bolsa Família pagará R\$ 300 em média para os beneficiários do programa. Em entrevista à SIC TV, de Rondônia, Bolsonaro disse que a ideia é dar um aumento de 50% para o programa em dezembro, para sair de média de R\$ 190 para R\$ 300.

A fala do presidente pegou de surpresa o pessoal do governo que está trabalhando no Bolsa Família, porque todos os cálculos e auxílios adicionais do programa foram feitos para garantir um benefício médio de R\$ 250, com custo de R\$ 51 bilhões no ano que vem. Mostrou também que o presidente está ampliando o leque das políticas eleitorais na área econômica que serão adotadas na estratégia de garantir a sua reeleição.

À medida que a disputa presidencial antecipada pela tragédia da pandemia se acirra, a cesta de "bondades" tem mais produtos. O tamanho do novo Bolsa é crucial porque ele vai definir daqui para frente o quanto vai sobrar para as outras "benesses".

Se for seguir a regra fiscal do teto de gastos, Bolsonaro terá de fazer escolhas entre um Bolsa Família mais robusto, o reajuste dos servidores ou mais investimentos em obras.

Tudo ao mesmo tempo não cabe no espaço orçamentário, mesmo que o teto seja maior em 2022 por causa da correção da **inflação** mais alta.

O presidente não terá espaço para um programa de transferência de renda um pouco mais forte, se quiser dar um reajuste aos servidores. E vice-versa.

Se aumentar também demais o Bolsa Família, reduzirá o tamanho do já combalido investimento público.

Essa será a "escolha de Sofia" do presidente nas próximas semanas até o lançamento do reforço no programa social.

É difícil acreditar que o espaço para gastar mais em 2022 poderá ser maior com medidas de corte de despesas em outras áreas. O tempo para isso terminou com a aprovação do Orçamento de 2021. Congresso e governo não quiseram enfrentar o problema e agora é que não vão. Conseguiram, porém, com a ajudinha da **inflação** mais folga para o gasto eleitoral.

Muita gente tem feito contas mirabolantes sobre o tamanho dessa "folga para gastar", mas o secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, em entrevista publicada pelo Estadão no domingo, jogou água na euforia política. Disse que o espaço nesse momento está mais próximo de R\$ 25 bilhões. É pouco. Mesmo esse Bolsa turbinado não faz muito mais do que zerar a fila dos que aguardam o benefício (para muitos especialistas, nem isso).

Não dá para o presidente ter tudo, é o que esse número revela. Não adianta pedir, o espaço está dado.

O apetite eleitoral é grande, embalado na recuperação

da atividade econômica e no aumento da arrecadação, que ainda não se sabe se será permanente e estrutural, como mostrou a coluna na semana passada.

Com a recuperação em curso, Estados também estarão com mais dinheiro em caixa e dificilmente vão segurar a pressão por reajuste. Muitos deles já contratados durante a vigência da lei do congelamento dos salários, como na cidade de São Paulo. É a dança do resultado da recuperação do **PIB** com o ano eleitoral: 2022, cá estamos!

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária e o futuro que queremos

(2)

Renata Mendes

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já afirmou que a **reforma tributária** é "uma das mais importantes reformas estruturais, imprescindível para permitir o desenvolvimento do país", com "impactos iguais ou superiores aos do Plano Real". Essa afirmação foi feita no prefácio do livro "**Reforma tributária** brasileira", publicado em 2019 pelo Instituto Mineiro de Direito Tributário (IMDT).

Não é à toa que o senador seja tão enfático em sua defesa da **reforma tributária**. Há mais de 30 anos, discute-se a necessidade de transformar e atualizar o sistema tributário brasileiro, que hoje, como sabemos, é extremamente complexo, injusto e pouco transparente para os cidadãos e empresas.

Se realizarmos uma **reforma tributária** ampla sobre o consumo, vamos presenciar inúmeros efeitos positivos no país, como, por exemplo, o crescimento do **PIB** em 20% nos próximos 15 anos (CCiF), a geração de 300 mil novos empregos por ano (Firjan), o aumento de 25% no volume de investimentos privados (CCiF) e, ainda, a redução da dívida pública para 30% do **PIB** (CCiF). Tudo isso resulta na melhoria da qualidade de vida e de consumo das famílias e em um governo mais capaz de investir no desenvolvimento do país e dos cidadãos.

Além dos impactos econômicos, a **reforma tributária** é também capaz de reduzir as injustiças e desigualdades regionais e sociais. Famílias de mais baixa renda passarão a receber de volta o imposto que pagam sobre tudo aquilo que consomem, com a implementação de um mecanismo de devolução personalizada 12 vezes mais efetivo para reduzir desigualdades que as isenções atuais. Em termos regionais, estima-se que, depois de aprovada a reforma, 80% dos municípios brasileiros terão mais recursos para políticas públicas, como saúde e educação, e a diferença das arrecadações por cidadão entre as cidades mais ricas e as mais pobres, que hoje é de 270 vezes, será reduzida para apenas 6 vezes (Ipea). Do total de municípios no estado de Minas Gerais, 732 irão receber mais recursos com essa mudança (Ipea). Isso sem contar que a reforma causa impactos positivos para todas as cidades e estados brasileiros por meio do crescimento da economia, da criação de empregos e do aumento da renda por ela

gerados, que levam ao aumento da arrecadação e do investimento de todas as cidades e estados brasileiros.

O que é necessário então para alcançar esses resultados? Precisamos de uma reforma ampla sobre o consumo que unifique **tributos** federais, estaduais e municipais em um único imposto sobre bens e serviços (IBS), como reconhece Pacheco no prefácio do mesmo livro já citado. Essa é a proposta que hoje está no Senado.

No entanto, o governo federal tem dado sinais de que deseja caminhar no sentido contrário, ao privilegiar sua proposta de lei apresentada na Câmara, que unifica apenas dois **tributos** federais - PIS e Cofins -, deixando em segundo plano a discussão que está no Senado. É uma proposta tímida para um momento que exige grandes mudanças. Ela não mexe nos **tributos** mais problemáticos e injustos do nosso sistema, que são o ICMS e o ISS. Além disso, o texto proposto pelo governo aumenta a carga tributária e não contribui para a redução de desigualdades.

O senador Rodrigo Pacheco tem uma oportunidade única de pautar e liderar o Senado na aprovação de uma **reforma tributária** ampla, que torne o Brasil mais desenvolvido, mais competitivo, e menos desigual. Assim, poderá entrar para a história como mais um dos mineiros que desafiaram o que diziam ser impossível para deixar uma marca na história do país.

Renata Mendes, Mestre em ciência política e porta-voz do Para Ser Justo, movimento em defesa da aprovação da **reforma tributária**

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/06/2021/p1>

Reforma tributária e os impactos no agro (2)

Adryeli Costa é advogada especialista em Direito do Agronegócio

O sistema tributário brasileiro é complexo, pesado e injusto. Não é de hoje que se esperam mudanças capazes de melhorar a competitividade dos negócios e desonerar os produtos para o consumidor. A expectativa é que ainda no segundo semestre entre em votação a tão esperada **reforma tributária**, motivo de esperança e apreensão para o agronegócio.

No cenário que se anuncia, surgem duas grandes preocupações.

A primeira é aumento da carga tributária sobre insumos agropecuários como fertilizantes, sementes e adubos. A segunda é a PEC 45/2019, que prevê uma tarifa única de 25% para tudo e faz com que o produtor rural pessoa física passe a recolher um novo imposto, o IBS - Imposto sobre Bens e Serviços.

O principal impacto do aumento da carga tributária é que gera, conseqüentemente, aumento do custo da produção e eleva a necessidade de fluxo de caixa. Isso causa pressão no plano agrícola e pecuário e já existem estudos que demonstram que os recursos alocados hoje no plano não são suficientes para atender toda a demanda. Em Mato Grosso, as duas principais culturas, soja e milho, preveem aumento de até 19% no custo da produção.

Quanto à tarifa única, a ideia de taxar o mesmo imposto sobre um saco de feijão ou sobre um carro de luxo gera desigualdade e um custo alto para o setor produtivo e para a sociedade. O agronegócio não pode estar submetido ao mesmo regime tributário da indústria, comércio e serviços e precisa ter um tratamento mais adequado. Mesmo em países que adotam o imposto único, o setor agropecuário tem diferenciação.

Outra questão é a desoneração dos produtos que compõem a cesta básica, reduzindo a rentabilidade para os produtores e aumentando o preço para o consumidor.

Quando se fala em reforma espera-se que ela simplifique o sistema atual, traga segurança jurídica para os setores da economia e gere impactos positivos, não que inviabilize a atividade do agronegócio e aumento o custo na mesa da população. A **reforma tributária** brasileira é premente para que o país seja mais competitivo. O agro espera

que ela seja estruturada para que a o setor possa continuar trabalhando e cumprindo sua missão de produzir alimentos para o mundo.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10582>

Previdência: fraudes, desvios e a necessidade de novo modelo (2)

Wagner Balera

Em 1976, o jornalista Aor Ribeiro publicou o livro "Terror e mortes no reino das fraudes", no qual demonstra com farta documentação as formas fraudulentas de ataque ao sistema previdenciário brasileiro. Sobretudo fraudes na concessão de benefícios, isto é, há alguém que não tem direito e, mesmo assim, obtém o benefício mediante os mais distintos ardis.

Aliás, tais armadilhas não são privilégio da **previdência social**, pois agora, durante o pagamento do auxílio emergencial, inúmeros **servidores públicos**, civis e militares receberam o auxílio sem terem esse direito. Todos deveriam estar respondendo processo administrativo para serem colocados no olho da rua. É o mínimo que se poderia esperar. O dinheiro destinado aos pobres foi parar no bolso de reles criminosos.

A **previdência social** padece de gravíssimos problemas gerenciais e são muitos os desvios por fraude. Auditorias do TCU já registraram esse fato dezenas de vezes e nada se fez para a modificação desse estado de coisas.

E não se trata de acusar este ou aquele governo. Parece algo intrínseco, como se fosse parte de mecanismo defeituoso de constituição da estrutura...

Ora, como sempre será necessário que haja alguma modalidade de **previdência social** e como a capacidade de financiamento do sistema caminha para o esgotamento, urge que sejam debatidas propostas sérias de arrumação da casa.

O problema de fundo, porém, é que o estado do bemestar brasileiro, nascido em 1988, não é mais viável.

François Ewald, há trinta e cinco anos, no livro L'Etat Providence (Paris, Grasset, 1986), já demonstrara esse fato. Não era uma profecia, e sim a constatação pura e simples de certa situação incontornável.

Alguns poderão ficar preocupados; contudo, vale repetir: a previdência não vai acabar. Ela será reduzida, mantidos os direitos adquiridos. Sempre haverá dinheiro para pagar.

Às vezes editam propaganda enganosa, falsa e mentirosa, o que hoje se denomina genericamente fake news, apregoando que a **previdência social** está quebrada. Não é verdade. É bom lembrar que a Lei 8.213, de 1991, que é o plano de benefícios da **previdência social** explicita bem: "se faltar dinheiro no caixa da **previdência social**, o governo federal deve suprir os recursos necessários e suficientes ao custeio das prestações". Portanto, nenhum dos aposentados e pensionistas deve se afligir, pois receberão até o último centavo do valor dos respectivos benefícios.

Esta reflexão só quer servir como alerta. Há fraudes!

Cumpram dar-lhes cabo pelos meios de persecução penal bastante conhecidos e eficazes. Há defeitos na equação financeira do sistema que, com a atual modelagem, não é mais viável. Que se engendrem os mecanismos aptos a corrigi-lo e provê-lo dos recursos necessários.

Para aqueles que perguntam por que não acabar com o atual modelo, a resposta é bem singela: não há, agora, condições políticas para a privatização da **previdência social**.

Vale destacar que a privatização tentada no Chile resultou em retumbante fracasso. Logo após o início do processo, implantado sem nenhuma discussão com a sociedade, das seis entidades privadas criadas para gerir o programa uma quebrou e foi necessário que o Estado voltasse a tomar conta do assunto a fim de evitar uma tragédia.

É estranho que com todo o aparato de informática e com toda a tecnologia não se tenha até agora inibido as fraudes. É igualmente estranho que os longos e enfadonhos debates sobre a **reforma tributária** e as inumeráveis reformas previdenciárias ainda não tenham dado resposta ao problema elementar do financiamento previdenciário.

Mas há também algo que virou lugar comum. E, nesse caso, não temos o que estranhar, mas sim que nos envergonhar.

É a dos desvios, para outras finalidades, com autorização legislativa, dos recursos que deveriam ser destinados à **previdência social**. O mais triste e

lamentável exemplo desses desvios atendeu, ultimamente, pelo nome de DRU - desvinculação das receitas da União - nome elegante para significar o desvio de recursos das áreas da saúde, da previdência e da assistência social.

Eis aí algo que não pode mais ser tolerado.

* Wagner Balera é professor Titular de Direitos Humanos na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. É Livre- Docente em Direitos Humanos, Doutor em Direito das Relações Sociais

Pelo fim do sonegador contumaz (2)

» **GUILHERME THEOPHIL**

O ano de 2020 foi muito duro e 2021 segue não muito diferente. A crise sanitária agravada pela pandemia da covid-19 trouxe ao nosso país desafios enormes. O Brasil tenta se equilibrar diante de um cenário global complexo. Várias iniciativas já estão em curso com foco na retomada do crescimento, e o setor de combustíveis pode e deve contribuir para a recuperação da economia.

Os principais entraves ao crescimento econômico, à falta de investimentos e à privações nos serviços públicos são a sonegação de **impostos** e a inadimplência. O Brasil ainda é um dos países onde mais se sonega **impostos** no mundo. E um dos setores que mais sofre com essa prática é o de combustíveis, com grande importância na economia, e que movimenta, por ano, R\$ 450 bilhões para a economia, contribuindo para a sociedade com R\$ 125 bilhões em **impostos**.

Mas é esse mesmo setor que vem sendo alvo preferencial do sonegador ou devedor contumaz, que são empresas ou empresários que fazem do não pagamento de **impostos** sua fonte de lucro, fomentando a concorrência desleal, lesando sistematicamente os cofres públicos e não recebendo qualquer tipo de punição. Assim, tornam essa prática ilícita um círculo vicioso sem precedentes, com prejuízos para todos.

De acordo com estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Projetos 2021), a cada ano, só no setor de combustíveis, são contabilizados cerca de R\$ 14 bilhões em perdas de arrecadação, por ações dos devedores contumazes. Somado a este valor anual temos um passivo, inscrito em dívida ativa nos principais estados, nos últimos anos, na ordem de R\$ 70 bilhões. Valores sonegados praticamente irre recuperáveis e que se acumulam por falta de uma lei que diferencie e caracterize esta prática que prejudica toda a sociedade.

Esse montante, se fosse devidamente pago, assim como é pelas empresas que atuam de forma correta no mercado, poderia ser convertido em benefícios e serviços para a população, como construção de mais hospitais, escolas, salários de profissionais de segurança e saúde e compra de insumos médicos, com mais ajuda para o combate à pandemia.

Há alguns anos, diversos setores têm se unido em prol

dessa frente de batalha: alertar os tomadores de decisão e a sociedade em geral sobre como os devedores contumazes retiram do nosso país possibilidades reais de crescimento e benefícios para a população. A atuação ilegal e desonesta dos devedores contumazes, ou seja, dos sonegadores contumazes, precisa ser levada a sério, debatida com afinco e, principalmente, combatida.

Para tanto, o Instituto Combustível Legal, que desde 2016 apoia e luta para restabelecer o mercado saudável de combustíveis, lançou a campanha Diga não à sonegação. O objetivo é levar ao Poder Legislativo a solução urgente para que possamos, de fato, acabar com este problema: a aprovação do Projeto de Lei do Senado 284/17, que busca regulamentar o Artigo 146 da Constituição. O objetivo é dotar Federação e estados de um instrumento jurídico que, de forma definitiva, diferencie o devedor que usa da sonegação contumaz do devedor eventual - aquele que, por problemas pontuais de caixa, acaba não pagando os seus **impostos**, mas, na primeira oportunidade, volta a honrar suas dívidas.

A partir do momento em que este PLS for aprovado, mercado e sociedade contarão com uma legislação muito mais sólida no que diz respeito ao ambiente de negócios, não somente no setor de combustíveis, mas em qualquer segmento que tenha uma alta carga tributária no Brasil. É urgente começar a pensar no cenário pós-pandemia e em formas de fortalecer o estado e permitir mais recursos para a economia.

E a nossa contribuição é apoiar a aprovação do projeto de lei em questão, que será uma ferramenta de grande valia no combate ao devedor contumaz que tanto causa prejuízo ao país. É preciso dar um basta à cultura da sonegação, tão enraizada no Brasil, e punir de forma rigorosa aqueles que usurpam recursos tão essenciais para o desenvolvimento do Brasil.

OPresidente do Instituto Combustível Legal

China tenta domar inflação que pode ter impacto global



Cientes em supermercado na China, aumento ainda não chegou aos consumidores, já que preços dos ovos e da carne bovina, por exemplo, pouco mudaram

Keith Bradsher

Os preços estão em alta nos Estados Unidos e no restante do mundo, o que gera alertas cada vez mais graves quando a uma onda de **inflação** que poderia ameaçar a economia mundial, caso persista.

A China não está esperando para ver.

Pequim está agindo com rapidez para proteger as fábricas e locais de trabalho do país contra a alta de custos. Desencorajou as siderúrgicas e produtores de carvão de aumentar preços. Prometeu investigar aumentos indevidos de preços e acúmulos especulativos de estoques. E autorizou que a moeda do país flutue de um modo que não se via há anos, o que oferece às autoridades um recurso valioso e forte para adquirir fora do país cereais, carne, petróleo, minerais e outro produtos.

A alta dos preços na China, que é por grande vantagem o maior polo industrial e exportador do planeta, poderia influenciar o mundo inteiro.

A agência oficial de estatísticas chinesa anunciou na manhã de quarta-feira (9) que os preços cobrados pelas fábricas, produtores rurais e outros subiram em 9% em maio, ante o mesmo mês em 2020, quando a pandemia ajudava a segurar os custos. Foi a maior alta desde setembro de 2008.

A Annabelle New York, importadora e distribuidora sediada em Manhattan que vende parcas acolchoadas e outras vestimentas de alto preço a lojas de departamentos e outros grupos de varejo, já aumentou seus preços em 10% neste trimestre. Mas os custos dos produtos que ela compra na China subiram em 20%, disse Bennett Model, presidente-executivo da empresa.

Apenas o medo de perder clientes impediu Model de repassar esses custos mais elevados às lojas americanas. Ele optou por aceitar margens de lucro mais baixas. "Se eu quisesse realmente cobrir todos os aumentos, o preço seria proibitivo, no momento."

Está claro que o surto atual de **inflação** mundial vá durar. Economistas dizem acreditar que os aumentos de preços se moderarão assim que as companhias eliminarem os gargalos de suprimento causados por fechamentos de fábricas e outras medidas adotadas durante a pandemia.

Mas a China tem motivos claros para **temer** a **inflação**. Seu crescimento econômico vertiginoso nas últimas décadas veio acompanhado por altas nos preços que causaram ira em todo o país. Uma alta de preços contribuiu para as manifestações na Praça Tiananmen em 1989, em Pequim.

As autoridades há muito recorrem a controles informais de preços e a subsídios a fim de impedir que a alta de custos se faça sentir nos supermercados chineses e nas mesas de jantar das famílias do país.

Para alguns bens, os preços estão de fato subindo. Os fabricantes de papel aumentaram os preços de atacado de produtos como guardanapos e papel higiênico. A soja usada para produzir tofu está subindo de preço.

Mas por enquanto, a indústria chinesa é que está sentindo os aumentos, e não os consumidores. O aumento do preço do minério de ferro austriano e do milho dos EUA responde por boa parte da alta.

O gabinete chinês anunciou subsídios para pequenas empresas, duas semanas atrás, a fim de ajudá-las a arcar com a disparada dos custos das commodities. Novos limites foram **impostos** às operações de commodities para entrega futura, a fim de conter a especulação.

As medidas do governo têm a capacidade de desacelerar mas não de deter os aumentos de preços no atacado. Empresas que têm de arcar com alta de custo nas matérias-primas terminam por encontrar maneiras de aumentar preços, ou suspendem a produção.

Os produtores de papéis, encurralados entre a disparada nos custos da celulose e uma variedade de pressões para que não aumentem os preços de seus produtos, preferiram paralisar as atividades de algumas de suas fábricas, invocando a necessidade de manutenção, neste trimestre.

Até agora, os aumentos de preços não parecem estar chegando aos consumidores chineses. O índice de preços ao consumidor da China subiu em apenas 1,3% em maio, ante o mesmo mês em 2020.

Um motivo para isso é que a economia doméstica chinesa ainda não se recuperou plenamente da pandemia. O consumo morno significa menos estímulo à alta de preços.

Os comerciantes em um mercado em Xangai declararam, em uma tarde recente, que não viam sinal de alta nos preços dos alimentos. Os preços dos ovos e da carne bovina, por exemplo, pouco mudaram.

"O custo de vida não mudou muito, o preço das verduras é sempre [mais ou menos o mesmo]", disse Yang Yuxia, que vende ovos de galinha e outras aves em uma barraca do mercado desde 1998.

Mas os comerciantes de alimentos que não fazem parte da dieta básica já estão acompanhando os aumentos de preços de seus fornecedores.

"É claro que me preocupo com uma alta de preços -se os preços subirem, terei menos fregueses", disse Gao Hong, que vende enguias de água doce e camarões em loja localizada em frente ao mercado.

Os consumidores chineses ainda são protegidos pelo grande número de fábricas que produzem artigos essenciais, como roupas e produtos domésticos. O excesso de capacidade garante que os lojistas tenham muitos fabricantes concorrentes entre os quais escolher. Isso dificulta o repasse dos aumentos de custos aos consumidores.

"Ao longo da cadeia de suprimento, quem tem menos poder de negociação arca com mais custos", disse Wang Dan, economista chefe do Hang Seng Bank China. Na China, as empresas que ocupam as primeiras etapas da cadeia de suprimento tendem a ter menos poder de negociação que o varejo e os consumidores.

A alta de preços na China pode se espalhar ao exterior. Os líderes do país tentam tratar da ameaça de **inflação** em parte ao permitir que a moeda suba de valor.

O yuan está perto de sua cotação mais alta diante do dólar americano desde a metade de 2018.

A moeda mais forte torna os produtos chineses menos atraentes em outros mercados. Por enquanto, o mundo parece satisfeito em continuar comprando produtos chineses. Mas o banco central chinês alertou aos operadores de câmbio, em 27 de maio, que não pensassem que valorização adicional era uma aposta segura.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Uma onda persistente de retrocessos institucionais graves (2)

Maria Cristina Pinotti

O País vem sofrendo um surto epidêmico descontrolado, que já custou quase meio milhão de vidas, e uma onda persistente de retrocessos institucionais graves, que colocam em risco a sobrevivência da nossa democracia.

Não por acaso, o combate à corrupção tem sido o alvo preferido dos atuais detentores dos poderes, protegidos do clamor das ruas enquanto o isolamento social se impuser à sociedade civil.

Lastimável ver as ferramentas de combate à corrupção serem diligentemente desmontadas no país que já foi exemplo internacional de combate à corrupção durante a Operação Lava Jato. A cada dia, mais longe ficamos dos cânones de integridade e transparência no trato da coisa pública.

Perde a população, vítima difusa do crime de corrupção, que recebe serviços públicos incompatíveis com o que paga de **impostos**.

A diferença alimenta os cofres e bolsos dos que têm pressa em afrouxar as leis e garantir a impunidade.

E corremos o risco de mais um gigantesco retrocesso com a proposta do "PL da Impunidade", do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), votada ontem na Câmara em regime de urgência, alterando a Lei de Improbidade Administrativa. Nele encontramos, na prática, a legalização do nepotismo, uma das práticas mais antigas de corrupção, que fere o princípio da impessoalidade, conceito fundamental ao bom funcionamento da administração pública.

A proposta também dificulta a identificação de ilicitudes cometidas no âmbito público; reduz ou elimina penas para os atos ilícitos; cria limite temporal para investigações pelo Ministério Público; veda a condenação por improbidade se houver absolvição criminal do agente em caso relativo aos mesmos fatos; exclui artigo da lei que assegurava ser imprescritível o dano ao erário; etc.

Amplia-se, assim, o fosso entre a população e seus representantes no Parlamento.

Pesquisas recentes indicam que a corrupção continua

sendo o segundo maior problema do País para os cidadãos, abaixo apenas da preocupação com a saúde. Quando o bem comum voltará a ser a preocupação central dos políticos eleitos pelo povo?

ECONOMISTA E COAUTORA DO LIVRO
'CORRUPÇÃO: LAVA JATO E MÃOS LIMPAS'

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com guerra comercial de Trump, a chinesa Shein se toma gigante de vendas

DA BLOOMBERG NEWS economia@oglobo.com.br
NOVA YORK ESHANGAI

Depois de 152 dias seguidos como o aplicativo de compras mais baixado em dispositivos nos EUA, a Amazon foi desbancada há algumas semanas pela chinesa Shein, marca novata de apenas sete anos de existência, e da qual a maior parte dos americanos - e brasileiros - com mais de 30 anos de idade jamais ouviu falar.

Como na maior parte dos fenômenos on-line, crianças e adolescentes da Geração Z impulsionaram a ascensão da Shein. Mas não só. A receita de sucesso contou com um ingrediente inusitado: a guerra comercial de Donald Trump. E isso no contexto de demanda exponencial por compras online na pandemia.

O catálogo interminável e constantemente atualizado de camisetas cropped, vestidos estampados, shorts do tipo running e toda sorte de figurino típico dos jovens, a preços que cabem até na mesada mais módica, cumpre o seu papel.

Em apenas um dia, o aplicativo estreou 6.239 itens, entre eles um top floral por US\$ 5 (cerca de R\$ 25), um pijama com estampas de dinossauro a US\$ 10 (R\$ 50) ou um sofisticado vestido de festa a US\$ 22 (R\$ 110). É uma estratégia que fisga adolescentes ávidos por liberdade de escolha em meio a restrições financeiras.

Depois de ver suas vendas dobrarem em 2019, a empresa mais do que triplicou seu faturamento em 2020 e se tomou a líder global em moda na web, segundo dados do mais recente relatório da Euromonitor.

Segundo executivos do setor, a Shein teve vendas totais de US\$ 10 bilhões em 2020 -bem à frente do volume gerado pelas operações on-line da Zara, segunda no ranking.

DESIGN EM TEMPO RECORDE

A empresa mantém sob sigilo seus números e não expõe claramente, em seu site, sua origem. Mas investidores globais já descobriram seu potencial. Fundos como IDG e Sequoia fizeram aportes.

Segundo estimativas do mercado, a Shein está avaliada em US\$ 30 bilhões. Em 2020, ela contratou o Goldman Sachs, o Bank of America e o JPMorgan Chase como assessores para uma possível abertura de capital no futuro.

Com vendas em alta e aporte de investidores, a empresa usa a estratégia das rivais para avançar numa indústria que movimenta US\$ 36 bilhões por ano. Usa as táticas do fast fashion que consolidaram nomes como Zara e H M.

Recorre a fornecedores locais para garantir agilidade na entrega dos produtos e renova o design das coleções em tempo recorde, assim como suas concorrentes. Mas conta com um diferencial competitivo que as multinacionais europeias não têm disponível: brechas tributárias criadas, nos EUA e na China, pela guerra comercial de Trump.

Em 2018, quando as tensões diplomáticas entre Washington e Pequim se acirraram, a China respondeu a uma nova rodada de sobretaxas americanas criando isenção em **impostos** sobre exportação para as empresas chinesas que vendem diretamente ao consumidor.

Como a Shein mantém seus galpões logísticos na China e envia os produtos de lá diretamente para a casa dos consumidores nos EUA, sem passar por outros armazéns ou entrepostos, se beneficiou imediatamente da medida.

Por outro lado, nos EUA, desde 2016, encomendas com valor inferior a US\$ 800 podem entrar no país com isenção tarifária. E mesmo quando Trump criou sobretaxas para diversos produtos chineses, no auge da guerra comercial, as encomendas de baixo valor seguiram isentas.

Com isso, a Shein está isenta de **impostos** de exportação e importação, na China e nos EUA, para a imensa maioria de produtos. É o exemplo mais emblemático de um fenômeno que não para de crescer.

As exportações do varejo online da China para os EUA cresceram 67% em 2018 (último dado disponível), segundo a alfândega chinesa. Já chegam a US\$ 265

bilhões e crescem num ritmo mais rápido que antes da guerra comercial.

A Shein foi fundada por Xu Yangtian em 2008. Conhecido como Chris ou Sky, Xu não começou na moda, mas em otimização de mecanismos de pesquisa em uma consultoria de marketing digital que trabalhava com exportadores. Ele inicialmente chamou o site de Sheinside, depois rebatizou como Shein em 2014.

A Shein não se tornou popular na China. Na verdade, suas roupas não estão disponíveis lá. Os clientes sempre estiveram em outro lugar, atraídos por uma rede de influencers digitais e celebridades. Katy Perry e Lil NasX estrelaram show virtual da marca durante os primeiros dias da pandemia.

Os Instagrammers lançam uma infinidade de hashtags; 850.000 postagens marcadas com #sheingals. Em seu aplicativo, as fotos são estilizadas como selfies de mídia social com cenários indeterminados e sem menção à China. Como empresa, parece tão nativa da web quanto os clientes.

Nos negócios, no entanto, aproveita vantagens comerciais chinesas. A Shein só contrata fornecedores a não mais do que cinco horas de carro do depósito central, na cidade de Guangzhou, no Sul da China. E eles devem ser capazes de concluir o processo completo de design e produção em até 10 dias-prazo menor que as três semanas da Zara.

Os concorrentes americanos se mobilizam para acabar com a isenção tributária. O Conselho Nacional de Organizações Têxteis enviou carta ao governo citando que mais de dois milhões de remessas com valor abaixo de US\$ 800 chegam aos país por dia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pandemia levou a aumento de conflitos sociais no mundo

MARINA GONÇALVES

A pandemia afetou a paz em 2020: enquanto houve queda nos níveis de conflitos e terrorismo, a instabilidade política e as manifestações violentas aumentaram em todo o mundo, assim como a violência doméstica e os crimes de ódio. Os dados são da 15ª edição do índice de Paz Global (GPI), ranking que mede a paz no planeta, publicado hoje pelo Instituto para Economia e Paz (IEP). Pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil caiu mais duas posições no ranking, e agora passa a ocupar o 1289 lugar, de um total de 163 países.

O aumento de conflitos sociais e protestos foi causado principalmente pelo impacto econômico da Covid-19. Das quase 15 mil manifestações violentas e motins registrados globalmente, um terço foi contra medidas relacionadas à pandemia ou por efeitos econômicos causados pelos bloqueios e lockdowns adotados, entre janeiro de 2020 e abril de 2021. Segundo o documento, Índia, Chile, Itália, França, Alemanha e África do Sul foram particularmente afetados pelas manifestações.

Steve Killelea, fundador e presidente-executivo do IEP, explica que as agitações sociais vinham crescendo ao longo da última década, mas a pandemia acelerou essa mudança. E faz um alerta: as consequências econômicas da Covid-19 criarão ainda mais incertezas, especialmente para os países que já estavam com dificuldades socioeconômicas.

-O que vimos no ano passado são esses efeitos potencialmente desestabilizadores devido à incerteza associada à Covid-19. Não só protestos pelo fato de os cidadãos terem sua liberdade violada com os lockdowns **impostos**, mas especialmente por conta da desaceleração econômica que vem com uma pandemia -explica ao GLOBO Serge Stroobants, Diretor do IEP para Europa, Oriente Médio e Norte da África.

EUA PIORARAM ÍNDICES

A região onde houve pior queda no índice de paz é a América do Norte, graças aos Estados Unidos, onde, além do aumento nas manifestações contra medidas restritivas e pelo movimento Black Live Matters, houve deterioração da estabilidade política sob o governo do

então presidente Donald Trump, que culminou com a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro deste ano.

De acordo com o documento, o nível de paz nos EUA é o mais baixo desde 2008. O relatório aponta ainda para um aumento significativo nos homicídios em muitas cidades do país no ano passado.

-Vimos uma diminuição na pontuação geral e, basicamente, em todos os três aspectos principais que analisamos. Essa diminuição claramente está ligada à polarização e à instabilidade política nos Estados Unidos. Na questão de segurança, além dessa instabilidade, as manifestações violentas também levaram à piora dos índices.

Na América do Sul, região que teve a segunda maior deterioração no mundo, o Brasil está à frente apenas da Venezuela, em 1529 lugar, e da Colômbia, em 1442. No caso da Venezuela, houve aumento do chamado "terror político", com violações de direitos políticos e altos níveis de corrupção e repressão por parte do governo de Nicolás Maduro. Já na Colômbia, país que registrou a segunda maior deterioração na pontuação geral, o aumento nas manifestações e a repressão violenta por parte do governo do presidente Iván Duque levaram à alta deterioração.

No caso do Brasil, segundo o estudo, as medidas de bloqueio tomadas por conta da pandemia não impactaram no número de homicídios, que continua alto.

- Em toda a América do Sul, podemos citar o aumento do número de refugiados e deslocados internos, o crescimento do que chamamos de terror político, do número de policiais por habitante, do acesso a armas, além das manifestações e crimes violentos, da alta criminalidade e das taxas de homicídio. Tudo isso tornou a região menos pacífica no ano passado - explica Stroobants.

BRASIL:83%TÊM MEDO

O Brasil também foi o país que registrou mais alto grau de percepção de violência: quase 83% da população afirmam **temer** ser vítima de um crime violento, e mais de 40% dos brasileiros relatam ter vivido uma experiência de violência nos últimos dois anos. Mesmo assim, Stroobants explica que há uma discrepância

entre a percepção do medo e o nível real, ou seja, entre a percepção da violência e o nível real da violência no país.

Dos 163 países avaliados, 87 apresentaram melhoras nos números, enquanto outros 73 registraram algum tipo de deterioração. A Islândia se manteve como o país mais pacífico do mundo, posição que ocupa desde 2008. O topo do ranking ainda traz Nova Zelândia, Dinamarca, Portugal e Eslovênia. Já o Afeganistão é o país menos pacífico pelo quarto ano consecutivo, seguido por Iêmen, Síria, Sudão do Sul e Iraque.

O índice de Paz Global acompanha e classifica o status da paz em 163 países e territórios independentes em todo o mundo, observando onde os conflitos estão aumentando e diminuindo e os fatores que estão influenciando a mudança. Ele é realizado por um painel de especialistas a partir de 23 indicadores que incluem nível de militarização, impacto do terrorismo, número de mortes violentas e capacidade nuclear, dentre outros fatores.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Guedes quer Sistema S como "sócio" do primeiro emprego

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

BC eleva juros a 4,25% e sinaliza nova alta

ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu, ontem, elevar a taxa básica da economia (Selic) em 0,75 ponto percentual, para 4,25% ao ano, conforme era esperado pelo mercado e havia sido sinalizado pelo colegiado, na reunião anterior. A decisão foi unânime e o comitê informou, no **comunicado**, que deve manter o ritmo de alta na próxima reunião, de 3 e 4 de agosto, elevando a Selic para 5% ao ano.

O Copom ainda sinalizou que não vai interromper o ciclo de alta dos juros, iniciado em março, ao retirar a palavra "parcial" quando se referiu à normalização das taxas. Diante disso, alguns analistas não descartam uma alta maior, de 1 ponto percentual, na próxima reunião.

"Neste momento, o cenário básico do Copom indica ser apropriada a normalização da taxa de juros para patamar considerado neutro. Esse ajuste é necessário para mitigar a disseminação dos atuais choques temporários sobre a **inflação**", destacou o **comunicado**. "O Comitê enfatiza, novamente, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de **inflação**", ressaltou.

Após nota, aumentaram as apostas de que a Selic deve encerrar o ano em 6,5%, patamar atualmente considerado neutro, ou seja, quando o juro real (descontada a **inflação**) é zero. Devido ao aumento das estimativas do custo de vida deste ano, após a surpresa da alta de 0,83% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio, algumas projeções para o indicador da **inflação** oficial estão entre 6,5% e 7%, bem acima do teto da meta deste ano, de 5,25%, e da mediana das estimativas do mercado coletadas pelo BC no boletim Focus, de 5,82%.

Previsões

Dependendo do comportamento dos preços nos próximos meses, especialistas não descartam que o BC poderá elevar a Selic para 7% em dezembro, porque as previsões para a **inflação** de 2022 já estão acima do centro da meta, de 3,5%. "Algumas estimativas já mostram o IPCA em 4,5%", destacou o economista-chefe da RPSCapital, Gabriel Leal de Barros. Ele esperava que o BC desse uma sinalização

mais agressiva, elevando a Selic para 4,5%, uma vez que as expectativas de **inflação** do mercado estão desancoradas das projeções do BC.

Barros lembrou que a alta dos preços administrados, como a energia, na esteira da crise hídrica, pode pressionar indiretamente os preços dos alimentos neste ano e no próximo. "Todos os argumentos usados pelo **comunicado** justificavam uma alta de 100 pontos base, mas parece que eles ficaram constrangidos pela comunicação atrasada que vinham conduzindo. Reconheceram o erro hoje e houve um ajuste daqui para frente", avaliou. "A **inflação** está surpreendendo mês a mês. O mercado está questionando e não acredita no cenário do Banco Central. E se ele continuar fazendo a mesma coisa, que não está funcionando, não vai mudar", afirmou.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, reconhece que as chances de as pressões inflacionárias continuarem fortes não podem ser ignoradas, e por conta disso, o BC acabou sinalizando um pouco essa preocupação ao descartar o processo de normalização parcial. "A discussão agora é se uma Selic de 6,5% será suficiente para manter a **inflação** de 2022 dentro da meta, como ele vem prometendo, ou se será preciso subir a Selic acima da taxa neutra", afirmou. Segundo Vale, o cenário de **inflação** para 2021 do BC, de 5,8%, não deverá ser concretizado, e, por conta disso, as chances de a Selic encerrar o ano em 6,5% são grandes, "podendo ir para 7%".

Para Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, que prevê Selic a 6,5% em dezembro, o **comunicado** do BC não surpreendeu, mas deu sinalizações importantes. "O Copom vai manter o ritmo de alta de 0,75 ponto percentual, o que não é pouca coisa, repetindo uma postura mais agressiva, além de retirar a normalização parcial, o que significa que vai manter o ritmo até o nível neutro mais rapidamente. Podem chegar a 6,5% em outubro, mas optamos em manter nossas projeções", afirmou.

De acordo com o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, as altas na Selic não vão ter efeito na **inflação**, e o risco é atrapalhar a recuperação da economia. "A **inflação** não vem ocorrendo por conta da demanda, que continua fraca. O problema é a oferta", afirmou.

Escalada

Pela terceira reunião consecutiva, o Copom eleva a taxa básica de juros da economia e sinaliza nova alta de 0,75 ponto na próxima reunião



TAXA SELIC (em % ao ano)

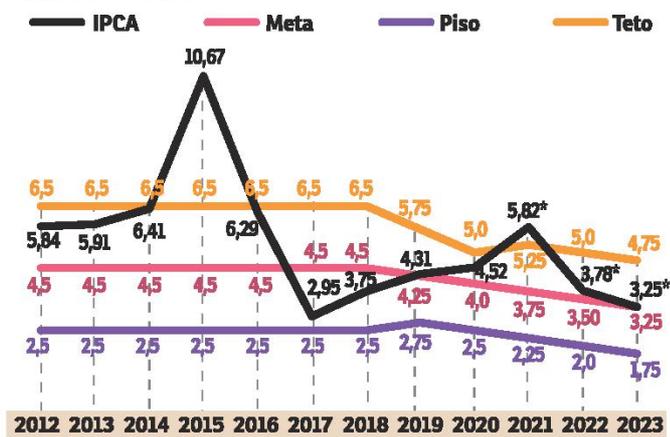


*Decisão do Copom e sinalização para a reunião dos dias 3 e 4 de agosto.
** Mediana das previsões do boletim Focus, do Banco Central

HISTÓRICO DE METAS DE INFLAÇÃO

O IPCA deve ficar acima do teto da meta neste ano pela primeira vez desde 2015 — e há risco de acontecer o mesmo em 2022

Taxas em % ao ano



*Mediana das previsões do mercado coletadas pelo boletim Focus, do Banco Central, mas alguns analistas já preveem o IPCA próximo de 7%, em 2021

Fontes: Banco Central e analistas

Nos EUA, alta só em 2023

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) anunciou ontem que vai manter a taxa básica de juros do país entre zero e 0,25% ao ano, como já era esperado pelo mercado, e só deve aumentá-la em 2023. A decisão foi unânime e indica que a instituição continuará a usar as ferramentas que têm para estimular a economia norte-americana.

Mesmo assim, a sinalização de que os juros na maior economia do planeta vão subir, ainda que não de imediato, e o reconhecimento do presidente do Fed, Jerome Powell, de que a **inflação** por lá teve um avanço "notável", mexeu com os mercados. Nos EUA, os principais indicadores das ações fecharam em baixa: o índice Dow Jones recuou 0,77%, o S P 500 caiu 0,54% e o Nasdaq teve perda de 0,24%.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo recuou 0,64%, para 129.259 pontos. O dólar, que chegou a ser negociado abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em um ano, batendo R\$ 4,99 no final da manhã, voltou a subir depois da decisão do Fed e terminou o dia em alta de 0,34%, cotado a R\$ 5,06 para venda, no câmbio comercial.

As taxas de juros também subiram, refletindo o aumento dos rendimentos pagos pelos títulos do Tesouro norte-americano com prazo de 10 anos, que foi de 1,48% ao ano, antes do **comunicado** do Fed, para até 1,57% depois, renovando máximas durante a entrevista de Jerome Powell.

O presidente do Fed afirmou que a **inflação** dos Estados Unidos acelerou de forma "notável" e "acima das previsões" nos últimos meses, provocada pelo conjunto de fraca base comparativa de 2020, alta nos preços do setor de energia e retomada dos gastos com consumo.

Impacto

Gargalos na cadeia de suprimentos que afetam o nível de preços no país "têm sido maiores" que o esperado, disse Powell. Segundo ele, os preços mais afetados são aqueles impactados pela retomada da economia americana, como o de carros usados, onde há uma "tempestade perfeita" de alta demanda e baixa oferta.

Apesar disso, o BC norte-americano não vê um cenário preocupante para os próximos meses. O Fed prevê que a **inflação** americana deve chegar a 3,4% neste ano - a previsão anterior, feita em março, era de 2,4%. Depois disso, os preços devem se estabilizar,

com a **inflação** ficando perto da meta da instituição: de 2,0% a 2,1%, em 2022, e 2,2%, em 2023.

Caso os índices de preços nos EUA fiquem acima das previsões, possibilidade considerada por Powell, o Fed pode ajustar a sua política monetária, disse ele. Isto só ocorrerá, porém, após uma "sinalização antecipada" da autoridade monetária americana, frisou.

IFI prevê PIB maior e superavit em 2025



Com a **inflação** mais elevada, a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, revisou as contas e passou a prever a volta do superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) a partir de 2025. Antes, a entidade projetava as contas públicas no vermelho até 2030, pelo menos. Agora, prevê que o governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) terá superavit de R\$ 10 bilhões em 2025, o primeiro desde 2014.

Pelas novas projeções da entidade, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá crescer 4,2%, neste ano, em vez de 3%, o que ajudará a elevar o **PIB** nominal, para R\$ 8,4 trilhões, o que contribui para a redução da dívida pública bruta, que passará de 88,8% do **PIB**, em 2020, para 85,6%, neste ano. De qualquer modo, a dívida continua elevada, cerca de 30,5 pontos percentuais acima da média dos países emergentes

Melhora

"O aumento do **PIB** nominal influenciado pelo ponto de partida mais alto, em 2021, produz efeitos na receita nominal e melhora o resultado primário", destacou o economista Felipe Salto, diretor-executivo da IFI. Ele explicou que o fator preponderante para a redução da dívida bruta é o aumento na projeção do **PIB** nominal, "que está influenciado por um deflator do **PIB** elevado, refletindo os efeitos do câmbio, principalmente, na **inflação**".

De acordo com Salto, essa melhora também é resultante de "alguma venda de reservas" cambiais e do aumento das devoluções dos aportes da União no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que devem somar R\$ 100 bilhões

neste ano.

Salto faz um alerta: "Uma melhora ocasionada pela **inflação** é sempre perigosa. Se isso se perpetuar, poderá levar a um aumento permanente da **inflação** e dos juros, e, conseqüentemente, produzir aumento do custo da dívida e piora fiscal". Ele defende a necessidade de uma política fiscal mais equilibrada. (RH)

Saia justa para a área econômica



VERA BATISTA

Analistas avaliam que o novo Bolsa Família, reajustado em cerca de 50%, para R\$ 300 mensais, pode representar aumento de custo de R\$ 48 bilhões a R\$ 60 bilhões, em 2022 e comprometer a regra do teto de gastos do próximo ano. O reajuste do benefício foi anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro na terça-feira, em entrevista a uma emissora de TV, pegou de surpresa a área econômica e foi vista por muitos como uma medida eleitoreira. O Ministério da Economia não quis se manifestar.

"É um assunto que precisa de estudos, mas a ponderação técnica vai ser atropelada pela vontade política", avaliou o economista Gil Castello Branco, diretor da Associação Contas Abertas. Ele lembra outras medidas já antecipadas, como o pagamento de um auxílio para os órfãos da covid-19 e a extensão do auxílio emergencial até outubro.

Segundo Castello Branco, não se pode desprezar a necessária ajuda aos vulneráveis. Porém, ao contrário do auxílio emergencial, o Bolsa Família é permanente e não pode ser considerado uma substituição eficaz. "Na verdade, o presidente jogou ao vento um valor, mas não disse quantas pessoas serão beneficiadas". Hoje, o programa paga, em média, R\$ 192 a R\$ 200 mensais para 14,69 milhões de famílias, segundo o Ministério da Cidadania. Já o auxílio emergencial, para esse ano, tem orçamento previsto de R\$ 32 bilhões e paga de R\$ 150 a R\$ 375 mensais.

Se a base do novo BF for ampliada, em pelo menos 10%, o custo total, em 2022, poderá chegar a R\$ 58 bilhões, segundo Castello Branco. "No ano que vem, é possível que caiba no Orçamento, já que o governo terá uma reserva devido ao aumento da **inflação**, que vai corrigir os recursos. Mas, e depois?", questiona.

O Ministério da Cidadania reiterou que a reformulação

do Bolsa Família prevê a ampliação do número de famílias contempladas, além de reajuste dos benefícios, mas os números ainda não estão definidos.

Para o economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, o Bolsa Família, como anunciado por Bolsonaro, pode comprometer o teto de gastos do ano que vem. Ele prevê, em 2022, despesa adicional de R\$ 37 bilhões acima do orçado para o programa, estourando a margem que será criada por causa da correção do limite à **inflação** mais alta.

Nos cálculos de Barros, a despesa anual com o programa seria de R\$ 72 bilhões, considerando aumento do número de beneficiados para 20 milhões de pessoas. Caso passe para 25 milhões de repasses, o custo anual será de R\$ 90 bilhões, o que significa mais R\$ 55 bilhões além do previsto. "O teto dos gastos corre sérios riscos, porque o governo não vai ter uma margem fiscal tão ampla para gastar em 2022 como esperava no início do ano", alertou Barros. (Colaborou Rosana Hessel)

Dólar cai abaixo de R\$ 5 após um ano, mas fecha em alta com anúncio do Fed

Júlia Moura são paulo

O dólar teve um pregão volátil ante o real nesta quarta-feira (16), marcada pelas decisões de políticas monetárias no Brasil e nos EUA.

A expectativa de uma Selic mais alta levou o dólar a cair para R\$ 4,9930 na mínima do dia. Foi a primeira vez que a moeda foi cotada abaixo de R\$ 5 desde 10 de junho de 2020. O **comunicado** do Fed (banco central americano), porém, fortaleceu a moeda americana ante o real, terminando o pregão em alta de 0,35%, a R\$ 5,06.

A maioria dos membros do Fome (comitê de política monetária do Fed) passou a ver em 2023 a alta dos juros pós-pandemia nos EUA, contrariando a expectativa do mercado. Na reunião anterior, a expectativa era de alta em meados de 2024.

Juros mais altos nos EUA tendem a fortalecer a moeda americana globalmente, pois enfraquece o carry trade, prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e dos juros. Nela, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juros menor em um país -no caso, os EUA- para aplicá-lo em outro, com outra moeda, onde o juro é maior, como o Brasil.

Rafael Ribeiro, analista da Clear, classifica a mudança da perspectiva da política monetária como brusca.

"Esse endurecimento no discurso pode ser explicado pela expectativa de **inflação**, que aumentou de 2,4% para 3,4% neste ano, sempre lembrando que a meta de **inflação** nos EUA está em 2%. Vale destacar que sete membros do Fome recomendam alta já no ano que vem para evitar um contágio maior na economia", diz Ribeiro.

Durante entrevista coletiva, o presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu pela primeira vez que a **inflação** pode acabar sendo mais intensa, em vista das commodities, e mais persistente ante o que o Fed havia projetado.

Por agora, o Fed manteve sua principal taxa de juros inalterada, na faixa de zero a 0,25%, onde ela está desde o começo da pandemia, e suas aquisições de ativos em US\$ 120 bilhões por mês.

Por outro lado, as estimativas dos dirigentes para o **PIB** aumentou com a vacinação no país para 7%, ante uma previsão de 6,5% em março, com o índice de desemprego caindo a 4,5%, em linha com as projeções anteriores. A **inflação** subjacente deve ser de 3% neste ano, bem acima da previsão de 2,2% em março, antes de recuar a 2,1% em 2023.

Os três principais índices acionários de Wall Street fecharam em queda com a perspectiva de juros mais altos.

O Dow Jones recuou 0,77%, o S P 500, o, S4%, e o Nasdaq desvalorizou-se 0,24%.

O Ibovespa acompanhou e fechou em queda de 0,63%, a 129.259,49 pontos.

Segundo analistas, também pesaram no mercado informações de agências de notícias internacionais de que estatais chinesas receberam ordens para vender seus estoques de matérias-primas e para informar suas posições em contratos futuros de commodities para evitar especulações, uma vez que poderiam segurar seus estoques para inflar os preços.

A Vale recuou 3%, com o setor de mineração e siderurgia como um todo fechando em queda, na esteira da baixa dos preços futuros do minério de ferro na China, também impactado pelo aumento nos embarques de grandes países fornecedores.

A Embraer teve baixa de 4,4%, numa correção, após fechar a terça na máxima desde janeiro de 2019. Os papéis acumulam elevação de 18,29% no mês e de 130,96% no ano.

Banco Inter avançou 5,49%, ensaiando uma recuperação, após recuar 8,75% no mês até a véspera, quando anunciou detalhes para uma oferta de units, que deve ter seu resultado na próxima semana.

BC dos EUA sinaliza que primeira alta no juro virá já em 2023

Dirigentes do Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, sugeriram que as taxas de juros devem começar a subir em 2023, antes do que previam anteriormente, de acordo com novas

projeções econômicas que preveem crescimento mais rápido e **inflação** acentuadamente mais alta neste ano.

No fim da reunião de dois dias de seu comitê de política monetária, nesta quarta-feira (16), o banco central americano manteve sua principal taxa de juros inalterada, na faixa de zero a 0,25%, onde ela está desde o começo da pandemia.

Mas, enquanto em março a maioria dos dirigentes do Fed previa que as taxas de juros seriam mantidas até pelo menos 2024, o consenso mudou para uma data anterior de aumento, em 2023, o que sinalizaria a convicção do banco central de que haverá uma transição mais rápida para uma recuperação plena e uma política monetária mais dura. As projeções do Fed indicam que pelo menos dois aumentos nos juros são esperados em 2023.

As estimativas medianas dos dirigentes do Fed agora preveem crescimento de 7% para o **PIB** americano neste ano, ante uma previsão de 6,5% em março, com o índice de desemprego caindo a 4,5%, em linha com as projeções anteriores. A **inflação** subjacente deve ser de 3% neste ano, bem acima da previsão de 2,2% em março, antes de recuar a 2,1% em 2023.

"O progresso da vacinação reduziu a expansão da Covid-19 nos EUA", anunciou o Comitê Federal de Open Market. "Em meio a esse progresso e com forte apoio em termos de política econômica, os indicadores de atividade econômica e emprego ganharam força. Os setores afetados de maneira mais adversa pela pandemia continuam fracos, mas mostram melhora." O comitê manteve as aquisições de ativos pelo banco central em US\$ 120 bilhões-outra característica de uma política monetária extremamente frouxa, introduzida para combater as consequências econômicas da pandemia.

As autoridades devem ter realizado discussões iniciais sobre o momento e as condições para uma futura redução no montante de compra de títulos, mas o **comunicado** não fez menção a uma mudança.

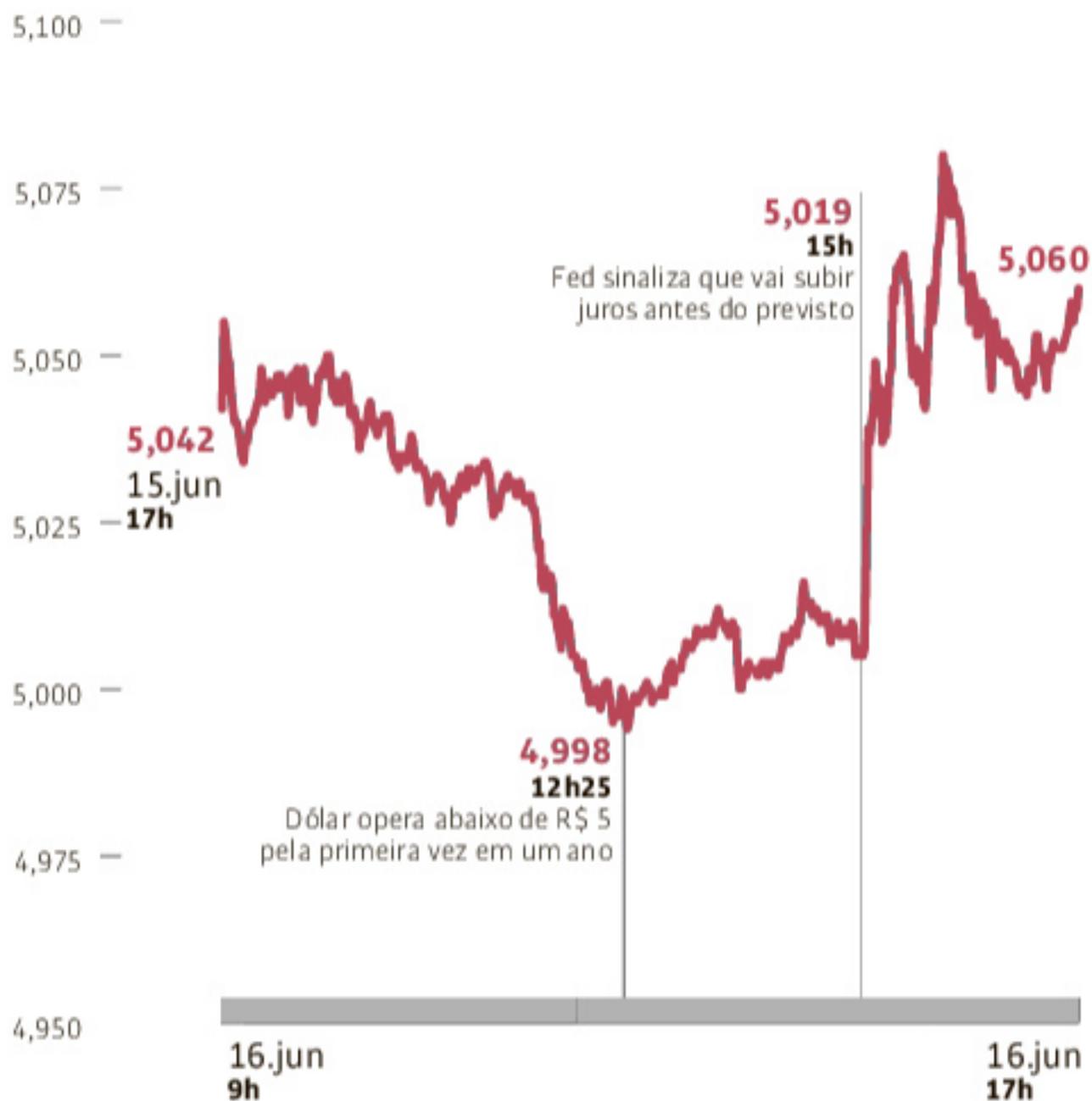
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

61

Dólar opera abaixo de R\$ 5, mas fecha em alta

Dólar, em reais



Fonte: CMA

Novo Bolsa Família pode ter cobertura menor para ir a R\$ 300

Thiago Resende e Bernardo Caram Brasília

Para alcançar um benefício médio de R\$ 300 por mês no novo Bolsa Família, como prometeu na terça (15) o presidente Jair Bolsonaro, a equipe que trabalha na elaboração da proposta tem a avaliação que será necessário traçar um plano mais robusto de corte de despesas ou prever um número menor de famílias no programa social que deve ser lançado até o fim do ano.

Os ministérios da Economia e da Cidadania fizeram um desenho para que a reformulação resulte em um benefício com valor médio de R\$ 250 mensais por família. Em entrevista à SIC TV, afiliada da Record em Rondônia, Bolsonaro disse que a meta é R\$ 300.

Hoje, o patamar médio é de cerca de R\$ 190 no Bolsa Família. O governo quer turbinar e inclusive trocar o nome do programa, ligado à gestão petista. Aliados apostam na estratégia para buscar fôlego eleitoral para a Bolsonaro.

A ideia das pastas era ampliar o orçamento do programa, permitindo que a cobertura ficasse próxima de 17 milhões ou 18 milhões de famílias. Atualmente, 14,6 milhões de lares recebem a transferência de renda -um recorde.

Mas, se o benefício médio tiver que subir de R\$ 190 por mês para R\$ 300, serão necessários ajustes no formato pensado pelos técnicos.

Já havia pressão de líderes do centrão para que o valor pago a cada família chegasse a R\$ 300, em vez dos R\$ 250 mensais que haviam sido citados por Bolsonaro no fim de abril. Mesmo assim, os estudos estavam ainda considerando o patamar menor.

A afirmação de Bolsonaro, com o valor maior, pegou formuladores de surpresa. Segundo relatos, o presidente já havia dado aval à proposta que reestrutura o Bolsa Família e amplia o benefício médio para R\$ 250. Agora, técnicos esperam um novo alinhamento entre Planalto e ministérios para definir o que será feito.

Por ser um programa permanente, o governo quer que o novo Bolsa Família seja incluído no Orçamento, limitado ao teto de gastos -norma constitucional que

impede o crescimento das despesas acima da **inflação**.

Com um valor médio mais elevado, o custo do programa também sobe. Por isso, técnicos do governo dizem que uma solução seria buscar mais despesas a serem cortadas no Orçamento (abrindo espaço no teto). Isso poderia ser viabilizado, por exemplo, com a proposta de unificar gastos sociais, eliminando programas considerados menos eficientes pelo governo, como o seguro-defeso (pago a pescadores artesanais).

Sem espaço no Orçamento, outra saída seria propor um novo Bolsa Família com cobertura menor que o esperado inicialmente.

Hoje, além das 14,6 milhões de famílias atendidas, há uma espera de cerca de 1,2 milhão de pedidos. Estão na fila famílias que já tiveram o cadastro aprovado pelo Ministério da Cidadania. A tendência é essa lista aumentar, pois, desde abril, quando foi lançada a nova rodada do auxílio, a pasta parou de analisar os pedidos de entrada no Bolsa Família.

Segundo técnicos, com o benefício médio de R\$ 300 por mês, há o risco de a fila de espera nem sequer ser zerada. Na gestão Michel **Temer** (MDB), a entrada no programa era automática -sem lista. A fila voltou sob Bolsonaro.

O aumento do benefício médio deve ser viabilizado por mudanças na forma de cálculo da renda a ser transferida, inclusive com criação de bônus para desempenho escolar e esportivo. O objetivo também é atualizar os critérios de acesso ao programa.

O Cadastro Único do Bolsa Família considera, desde 2018, em extrema pobreza pessoas com renda mensal de R\$ 89 por membro da família. Rendimentos entre R\$ 89,01 e R\$ 178 são classificados como situação de pobreza.

Esses valores devem subir para R\$ 95 e, no caso do limite máximo, para R\$ 190. Mas esse reajuste fica abaixo da **inflação** do período. Para compensar a alta dos preços, o teto de renda por pessoa da família deveria subir para mais de R\$ -201 por mês, por exemplo.

O plano da equipe econômica previa, num primeiro momento, propor uma mudança mais sutil no programa, com elevação no valor dos benefícios e ampliação do público. A segunda fase, que demandaria mudanças mais profundas, faria uma alteração estrutural ampla, com fusão de programas sociais existentes hoje.

Técnicos afirmam, no entanto, que, diante da demanda de Bolsonaro por um programa mais robusto, pode ser necessário antecipar o plano e promover logo toda a reestruturação. A ideia tem respaldo de membros dos ministérios da Economia e da Cidadania.

Em um ponto adicional que ainda está em fase de estudos, proposta formulada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) pretende estabelecer ainda o direcionamento de recursos de empresas estatais para financiar ações na área social.

O time do ministro buscava evitar uma repetição do que ocorreu em 2020, quando as negociações pela criação de um novo programa mais robusto fracassaram e levaram à proposição de mais uma rodada de pagamentos do auxílio emergencial a trabalhadores informais afetados pela pandemia do coronavírus.

Essa tentativa falhou, e o auxílio deve ser prorrogado por mais três meses, com encerramento em outubro.

Para as mudanças de curto prazo em estudo, o orçamento do Bolsa Família, ou o programa a substituí-lo, precisaria subir de R\$ 34,8 bilhões para mais de R\$ 50 bilhões por ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

61

O risco de a inflação desancorar (2)

Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio.

Tanto o Fed quanto o BC têm mantido o diagnóstico de que a alta da **inflação** é temporária

Nesta quarta-feira (16), tivemos as decisões de política monetária nos EUA e no Brasil. Ambas eram amplamente esperadas: manutenção de juros nos EUA e subida de 0,75 ponto percentual no Brasil. Em meio a uma forte alta da **inflação** nos dois países, as atenções estavam voltadas para a comunicação dos bancos centrais.

Nos EUA, a possibilidade de o Fed começar a discutir o momento apropriado para a redução das compras de treasuries. No Brasil, a sinalização de que o Banco Central ainda vê como adequado encerrar o ciclo com uma taxa estimulativa.

As autoridades monetárias estão cada vez mais abertas à discussão sobre suas ações e objetivos. Uma comunicação clara aumenta a eficácia da política monetária. Quando adicionalmente o banco central goza de credibilidade, é mais difícil que as expectativas de **inflação** se movam em razão de surpresas na **inflação** corrente.

As expectativas desempenham papel primordial no alcance das metas. A percepção sobre a **inflação** futura é um dos principais fatores que afetam o estabelecimento de preços e salários, ou seja, a dinâmica da própria **inflação** corrente.

A **inflação** tem subido bastante em ambas as regiões. O valor acumulado em 12 meses está em 5% nos EUA e em 8% no Brasil --bem acima das metas de 2% e 3,75%, respectivamente.

Tanto o Fed quanto o BC têm mantido o diagnóstico de que a alta da **inflação** é temporária, resultado de choques de commodities, da quebra das cadeias produtivas e da volta da mobilidade. Sendo assim, ambas as economias devem continuar sob estímulos monetários, sendo baixo o risco de o processo inflacionário se tornar persistente.

Nos EUA, as expectativas, não só as de curto prazo como também as mais longas, subiram bastante nos últimos meses. Essa alta não tem sido acompanhada pelos juros nominais.

O mercado tem comprado até agora o discurso que o

Fed não atuará tão cedo, e os juros reais --que determinam as decisões de consumo, produção e investimento-- vêm baixando.

As taxas de juros reais de cinco anos caíram nos últimos 12 meses, de -0,67% para -1,74%. Assim, o Fed acaba adicionando estímulo a uma economia que se recupera vigorosamente sob enorme expansão fiscal.

Já no Brasil, o mercado não tem sido guiado pelo discurso de que a economia ainda precisa de taxas estimulativas, e a curva de juros nominal precifica uma Selic perto de 7% no fim deste ano. Os juros reais de cinco anos subiram de 2,32% para 3,58% em 12 meses, mas não o suficiente para ancorar as expectativas. A **inflação** continua impactada pela desvalorização passada do real, causada pela incerteza fiscal e pelo baixo diferencial de juros e agora será pressionada pela volta dos serviços.

As inflações implícitas negociadas no mercado estão perto de 5% para os próximos cinco anos. Mesmo o Focus, que se move mais lentamente, já projeta uma **inflação** de 3,78%, ante uma meta de 3,50% para o ano que vem.

As projeções de 2023, que em tese deveriam ser menos sensíveis a choques correntes, já estão com a média em 3,37%, acima da meta de 3,25%.

Tanto lá quanto aqui, há um risco relevante de desancoragem. Em contraste com os prognósticos de que a **inflação** é temporária, famílias e empresas tendem a fazer inferências sobre movimentos futuros da **inflação** com base nos preços de bens e serviços observados com maior frequência (como gasolina, energia e alimentos).

Nos Estados Unidos, a memória da **inflação** da década de 1970 tem preocupado menos do que o espectro da baixa **inflação** nos anos 2000. No entanto, nesta quarta, o Fed fez um discurso bastante focado no comportamento das expectativas, enfatizando que está apto para atuar caso estas subam de forma relevante.

No Brasil, a baixa **inflação** de 2017/2018, principalmente dos serviços, criou a ilusão de que a inércia inflacionária havia acabado, mas não impediu a sensação de perda do poder de compra da moeda.

Nesta quarta, o BC também mudou seu discurso, já

não vendo espaço para uma política estimulativa e condicionando uma alta maior da Selic a uma deterioração adicional das expectativas.

Quando a **inflação** fica bem acima da meta por um período prolongado, esta deixa de atrair as expectativas. Instrumentos não faltam para o controle da **inflação**.

Diante de tantas incertezas, o reconhecimento dos riscos e uma comunicação clara aumentam as chances de que o ciclo de alta de juros não seja um fator tão danoso à recuperação da economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

61

Novo e robusto aumento do PIB até o fim do ano é improvável (2)

Roberto Macedo

No primeiro trimestre deste ano o produto interno bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 1,2% relativamente ao quarto trimestre de 2020, uma taxa forte para uma variação trimestral. Mas cabe examiná-la num contexto mais amplo, o dos últimos anos da série encadeada do índice do **PIB**, publicada trimestralmente pelo IBGE, com a atualização desse índice.

Ela teve início no primeiro trimestre de 1998, com ajuste sazonal e média de 1995 igual a 100.

Segundo essa série, o **PIB** do primeiro trimestre de 2021 apenas voltou a 171,6, o mesmo valor que tinha no quarto trimestre de 2019, concluindo a recuperação em V da recessão iniciada no primeiro trimestre de 2020, a da primeira onda da covid-19.

Num olhar ainda mais amplo, até hoje o **PIB** não escapou da depressão, algo mais duradouro e forte do que uma recessão, iniciada após o primeiro trimestre de 2014 (!), quando esse índice foi de 177,1 - o maior da série -, depressão essa que tem um formato mais achatado, como o da parte inferior de um U, durante a qual ocorreram as fortes quedas de 2015-2016 e a da covid-19. A recuperação desse índice de 177,1, de sete anos atrás (!), ainda não se verificou, e exigiria um aumento de 3,2% do **PIB** a partir do primeiro trimestre de 2021, taxa mais típica de uma variação anual.

Nesse contexto, a previsão do crescimento do **PIB** neste ano, dada na última sexta-feira pelo relatório semanal Focus, do Banco Central, que sintetiza as avaliações do mercado financeiro, é de um aumento de 4,85%. Não seria essa uma taxa excepcional e digna de comemoração? De fato, ela é excepcional, mas noutro sentido. Desse valor, 3,8% decorrem de que na comparação ano a ano, a base de comparação, o **PIB** de 2020, teve uma queda de 4,1%, ficando, na mesma série mencionada inicialmente, com um índice médio trimestral de 163,5, e um valor de 169,5 no quarto trimestre de 2020. Se permanecesse aí e não crescesse nada em 2021, isso levaria a um aumento de 3,7% na comparação com 2020, quando o **PIB** caiu num buraco de 4,1%, com o qual o **PIB** de 2021 estaria sendo comparado. Tecnicamente isso é chamado de um carregamento que o mau desempenho de 2020 trouxe para o **PIB** de

2021 nessa comparação anual.

Como já visto, o mercado está prevendo um crescimento ainda maior, de 4,85%. Isso implica que a expectativa implícita nessa taxa é de que durante 2021 o **PIB** cresça apenas mais 1,15% além dos 3,8%, ficando aproximadamente no mesmo nível em que veio no primeiro trimestre, ou seja, com crescimento de 1,2%. O título deste artigo está em sintonia com essa previsão.

Complicado? Pode ser para quem não aprecie o assunto, nem domine o conceito de **PIB** e sua métrica no tempo, mas será indispensável assimilar essa diferença entre o crescimento do **PIB** entre 2020 e 2021 e sua variação dentro de 2021. É bem possível que o governo tente faturar politicamente o forte crescimento que a primeira taxa vai revelar, mas, a bem da verdade, será preciso mostrar as duas taxas e explicar por que a primeira será tão alta.

Quanto à variação do **PIB** no restante de 2021, não estou otimista, e torço para estar errado. O **PIB** do segundo semestre deverá ter menor desempenho que o do primeiro, pois não vai contar com o forte impulso do setor agropecuário no primeiro, quando suas colheitas são mais fortes, e a escassez de chuvas no segundo prejudicou várias safras, em particular a do milho, de grande tamanho. Também não vejo condições de repetir o forte crescimento da formação bruta de capital fixo do primeiro semestre, influenciada, entre outros fatores, pela contabilização interna de plataformas de petróleo já operando no País, mas até então contadas como ativos no exterior. De forma correspondente, nota-se que as importações tiveram forte aumento no primeiro trimestre de 2021 relativamente ao último de 2020, a uma taxa de 7,7%. Ainda pelo lado da produção, o setor de serviços, o mais importante da economia, continua com fraco desempenho, cresceu apenas 0,4% no primeiro trimestre de 2021, e a indústria de transformação caiu 0,5% no mesmo período, sempre relativamente ao trimestre anterior.

Pelo lado da demanda, não se espera que o consumo das famílias e do governo, que teve desempenho negativo no primeiro trimestre, se recupere a ponto de ter impacto relevante no **PIB**, pois o governo não está em condições de fazer isso e o das famílias continua contido pelo distanciamento social e por uma

vacinação muito lenta, num contexto também marcado por forte expansão do desemprego.

Com tudo isso, o segundo trimestre de 2021 pode até mostrar um pequeno retrocesso, e lembro que cenários como esse podem mudar, em particular no segundo semestre do ano.

Em síntese, ainda em depressão, a economia segue muito doente. Falta-lhe até uma UTI para internação, pois nem o Executivo nem o Congresso parecem estar preocupados em formular e executar eficazmente um tratamento econômico que lhe dê maior dinamismo.

O crescimento do **PIB** entre 2020 e 2021 não é o que virá dentro de 2021

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD),
PROFESSOR SÊNIOR DA USP. É CONSULTOR
ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC dá adeus à moderação e promete pancada forte para segurar a inflação - ANALÍTICO

O Banco Central é o tipo de instituição que não gosta de surpresas. Mesmo quando vai fazer alguma coisa que pode deixar muita gente descontente, ele avisa com antecedência, para evitar qualquer comentário do tipo "mas ninguém estava esperando isso".

A **inflação** ganhou fôlego. O aperto na taxa de juros também. E se a coisa continuar ruim na hora de pagar as contas, o remédio vai ficar mais amargo.

Em resumo, esse é o recado que Roberto Campos Neto e seus colegas de di retoria mandaram no início dessa noite de ontem, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu elevar, mais uma vez, a taxa básica de juros da economia brasileira.

Assim como fez nas reuniões de março e maio, o comando do BC resolveu elevar em 0,75 ponto percentual a taxa usada como referência para o custo do dinheiro. O novo aumento levou a Taxa Selic para 4,25% ao ano.

Desta vez, Campos Neto deixou de lado a ideia de colocar os juros num patamar que ainda servisse como estímulo para a economia. A principal arma do BC contra o aumento de preços será usada, a partir de agora, de forma plena, para garantir que a **inflação** não faça estragos no bolso da população em 2022, um ano eleitoral.

A justificativa para o abandono da ideia de fazer um ajuste parcial da Selic, depois de um longo período de taxas de juros bem baixas (para padrões brasileiros), é simples: é preciso evitar uma disseminação dos aumentos temporários que alguns produtos e serviços registraram até agora. Em outras palavras: a **inflação** não pode sair do controle.

Quando o Copom voltar a se reunir, no início de agosto, já está garantido um novo aumento de 0,75 ponto para a Selic. Mas o comando do BC deixou um recado importante no **comunicado** divulgado ontem: "Uma deterioração das expectativas de **inflação** para o horizonte relevante pode exigir uma redução mais tempestiva dos estímulos monetários."

No português usado fora da grande sala do oitavo andar da sede do BC, Campos Neto e companhia estão dizendo o seguinte: se os preços continuarem subindo na feira e no supermercado, a pancada nos

juros vai ser maior do que o que vem sendo feito até agora.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Juros altos e alerta sobre a inflação - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Os dois bancos centrais, do Brasil e dos Estados Unidos, admitiram preocupações maiores com a **inflação**, do que nas últimas reuniões. No Brasil, os juros subiram dentro do que se esperava, mas o recado foi que a taxa subirá além do que anteriormente estava registrado nos comunicados. Nos Estados Unidos, os juros não foram alterados, mas o aviso foi que eles subirão mais cedo do que era projetado. De tudo o que foi dito, o que ficou claro é que as taxas no Brasil vão até um patamar mais elevado do que se imaginava antes, porque os riscos inflacionários estão maiores.

A mudança de tom se viu em vários pontos da nota ao fim da reunião do Copom. O **comunicado** alertou que a **inflação** está mais persistente do que o esperado, "sobretudo nos bens industriais", incluiu a crise hídrica na análise da conjuntura e avisou que as medidas da **inflação** estão acima da meta. Antes, o Copom falava em "normalização parcial" da taxa de juros. Agora o aviso é que a normalização irá "para um patamar neutro". Em bancocentrês isso é juros voltando a 6,5%.

No início do governo, a Selic estava em 6,5% e foi reduzida para 2%. O ministro Paulo Guedes costuma se gabar de que o governo derrubou duas torres. Primeiro, a da reforma da Previdência, depois a dos juros altos. Bom, a segunda torre está voltando ao ponto em que estava. A queda mais relevante da taxa foi no governo **Temer**, que pegou a Selic em 14,25% e entregou em 6,5%. E juros, como se sabe, não são torres a serem derrubadas. Eles oscilam. O BC ontem disse que o caminho é para cima agora.

Nos Estados Unidos, o Fed avisou que fica tudo como está, as taxas entre zero e 0,25%, mas que o início da elevação será em 2023, e não 2024, como o mercado esperava. É até difícil para agente entender como um aviso de que os juros americanos vão ficar perto de zero por mais dois anos possa ser considerado um evento. Mas, assim que saiu a nota do Fed, o dólar, que estava abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em um ano, voltou a subir.

Juros em alta, **inflação** surpreendendo para pior, crise hídrica, desemprego elevado, complicam o cenário brasileiro. São quatro pontos da conjuntura que se

retroalimentam. A seca está elevando o custo da energia, o que pressiona a **inflação** e, em consequência, os juros. Nesse quadro, fica mais

difícil reduzir o desemprego, que atinge 15 milhões de brasileiros.

A **inflação** brasileira, além de alta, está disseminada. Os reajustes da energia estão afetando os custos industriais, e há a falta de componentes causada pela desorganização produtiva da pandemia. Um sinal é o que tem acontecido com os preços do atacado. OIPA, um dos componentes dos IGPs, está com alta de 50% nos últimos 12 meses. O dado positivo é o câmbio que tem se apreciado, reduzindo as pressões inflacionárias. Mas esse efeito favorável é neutralizado pelo que o Copom definiu como "deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica" que "contribuem para manter a **inflação** elevada no curto prazo".

Houve uma melhora recente nas contas públicas, mas nem isso pode ser comemorado porque um dos motivos é a própria **inflação**. O governo, de novo, como em velhos tempos, é sócio da **inflação**. Com ela, a arrecadação sobe. O fato de chegar a junho com o índice acima de 8% dará ao atual governo a chance de gastar mais em 2022, no período eleitoral. O crescimento do **PIB** este ano é em grande parte efeito estatístico produzido pela comparação com um ano em que houve recessão forte, mas ajudará a melhorar a aparência de indicadores fiscais como a dívida/**PIB**.

O Banco Central disse que, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia, os "indicadores recentes (da atividade) continuam mostrando evolução mais positiva do que o esperado", e conclui que os "riscos para a recuperação econômica reduziram-se significativamente". Mas nada está bom na verdade. O Brasil está num patamar altíssimo de mortes e contaminados diariamente, a vacinação está muito lenta. Colher, na economia, alguns indicadores setoriais positivos, ou uma melhora nas contas públicas por causa de fatores conjunturais, não é motivo algum para uma visão positiva. Na verdade, a **inflação** e a crise hídrica dificultam, ainda mais, a difícil e lenta volta à normalidade na economia.

Banco Central mostra preocupação com a **inflação**, sobe os juros e avisa que eles deverão ficar mais altos

do que se previa

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Equipe de Guedes não vê espaço para Bolsa Família de R\$ 300



GERALDA DOCA, DIMITRIUS DANTAS, FERNANDA TRISOTTO E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

As equipes dos ministérios da Economia e da Cidadania não trabalham com a possibilidade de aumentar o valor médio do novo Bolsa Família dos atuais R\$ 190 para R\$ 300, como afirmou na terça-feira o presidente Jair Bolsonaro. Caso o presidente insista que o valor do programa social suba para R\$ 300, será preciso reformular os estudos, destacaram fontes do governo.

- Tivemos uma **inflação** durante a pandemia no tocante aos produtos da cesta básica em torno de 14%. Sei que teve item que subiu até 50%, sabemos disso. E o Bolsa Família, a ideia é dar um aumento de 50% para ele em dezembro. Para sair, em média, de R\$ 190 para, um pouco mais de 50%, R\$ 300. É isso que está praticamente acertado aqui -disse Bolsonaro, em entrevista à "SIC TV", de Rondônia.

Os técnicos nem chegaram a fazer simulações com R\$ 300 como pagamento médio do programa. Até agora, os valores que vinham sendo trabalhados giravam em torno de R\$ 250. E mesmo assim exigiria uma engenharia orçamentária.

A equipe econômica ainda busca fonte de custeio para o novo programa. Nos estudos feitos até agora, o reajuste não seria linear. Ou seja, quem ganha menos terá um aumento maior. Famílias que ganham R\$ 80, por exemplo, poderão passar a receber R\$ 180, mais do que dobrando o valor do benefício, disse um técnico a par das discussões. Já quem ganha mais seria menos beneficiado.

NOVO NOME

O Bolsa Família é um programa complexo porque, além do critério de renda (linha de extrema pobreza e pobreza), o valor do benefício depende da composição familiar e do número de filhos (crianças e adolescentes) que frequentam a escola.

A linha de extrema pobreza subiria de R\$ 89 para R\$ 95 e a linha de pobreza, de R\$ 178 para R\$ 190.0 novo programa também deve prever pagamento de auxílio a órfãos da Covid-19, medidas de apoio à primeira infância e ações para inserção de desempregados no mercado de trabalho.

Diante do teto de gastos - que limita o crescimento das despesas da União à **inflação** do ano anterior -, a solução que vem sendo estudada para financiar o programa passa por cortes no orçamento de ministérios e em isenções tributárias de alguns setores e pela revisão de programas mal avaliados e pouco eficientes, como o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais.

O orçamento do Bolsa Família para 2021 é de R\$ 34,8 bilhões, e as estimativas apontam que o novo programa demandaria uma verba superior a R\$ 50 bilhões. Atualmente, são beneficiadas 16,6 milhões de famílias.

O Ministério da Cidadania trabalha para que Bolsonaro anuncie o substituto do Bolsa Família ainda na primeira quinzena de julho. O programa deve mudar de nome, como parte da plataforma eleitoral do presidente Jair Bolsonaro para 2022.

A expectativa é aprovar o projeto que cria o novo Bolsa Família até outubro.

AUXÍLIO DOBRADO PARA PAIS

A derrubada pelo Congresso do veto do presidente Jair Bolsonaro à lei que permite que pais solteiros tenham acesso a duas cotas do auxílio emergencial de 2020 deve ter um impacto de até R\$ 4,2 bilhões. De acordo com projeções do Ministério da Cidadania, o número de famílias de homens monoparentais beneficiadas pode chegar a 1,4 milhão.

Segundo fontes da pasta ouvidas pelo GLOBO, o cenário mais conservador indica um custo extra de R\$ 3,98 bilhões, representando a adição de mais 1,34 milhão de famílias comandadas por homens.

A lei autorizava o pagamento da cota dupla, de R\$ 1.200, para pais que comprovassem ter a guarda unilateral dos filhos, mas priorizava o benefício às mães, nos casos em que ambos solicitassem o auxílio.

Quando vetou a proposta, o Executivo argumentou que não era possível verificar, na base do pagamento do auxílio, se o homem possuía de fato a guarda dos filhos, e ainda estimou que o pagamento irregular dos benefícios poderia custar R\$ 596 milhões por mês. O auxílio de R\$ 600 foi pago entre abril e agosto de 2020.

Na ocasião da derrubada do veto, a própria Câmara dos Deputados alertava para possíveis efeitos retroativos, apesar de a lei já ter perdido a vigência. A razão é que havia pontos no texto que garantiam o pagamento retroativo do auxílio à mãe ou ao pai que não recebeu o benefício por conflito de informações sobre guarda dos filhos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

UE aprova planos para resgate de Portugal e Espanha

Espanha e Portugal se tornaram ontem os primeiros países da União Europeia a terem aprovados os seus planos de recuperação econômica financiados pelo fundo de resgate do bloco. O fundo, que recebeu o nome de Nova Geração, destina 800 bilhões para reverter os estragos causados pela pandemia, a serem pagos coletivamente.

Segundo o esquema de distribuição, que precisa ser aprovado pelo Conselho da União Europeia em no máximo quatro semanas, Portugal receberá 13,9 bilhões em doações e 2,7 bilhões em empréstimos até 2026.

Já a Espanha, cuja economia foi particularmente afetada pela pandemia, contraindo 10,8% em 2020, será o segundo maior beneficiário do histórico pacote. Prevê-se que o país receberá 70 bilhões em doações e 70 bilhões em empréstimos até 2026.

Ao ser aprovado no ano passado, o pacote se tornou a primeira vez que a dívida europeia foi mutualizada - isto é, que todos os países da UE concordaram em pagar para ajudar os mais afetados. Na prática, isso constitui uma transferência de recursos de países do Norte europeu para os do Sul.

APOIO DA ALEMANHA

A aprovação do pacote, que contou com um inédito apoio da geralmente austera Alemanha, busca evitar que a recuperação europeia seja lenta como após a crise de 2008.

Os planos nacionais precisaram especificar como os fundos serão usados para promover objetivos comuns ao bloco, como a digitalização e a redução das emissões de carbono. Foi necessário, também, comprometimento com reformas de longo alcance.

Lisboa foi o primeiro governo a apresentar o seu plano oficial a Bruxelas, e prevê que o programa de recuperação aumentará o seu **PIB** em 3,5% até ao final de 2025, em comparação ao que seria sem ele.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, esteve em Lisboa e em Madri ontem, para o lançamento das iniciativas.

-O plano atende claramente aos exigentes critérios

que estabelecemos em conjunto -disse Von der Leyen a jornalistas após se encontrar com o premier português, António Costa. -Não há dúvida de que transformará profundamente a economia de Portugal. Sorridente, ele respondeu: -Nós sabemos, cara Ursula, que o trabalho duro começa agora. Queremos lançar muitos desses instrumentos já nos próximos dias.

Na Espanha, Von der Leyen definiu o plano como "enorme" e "ambicioso".

- Estou profundamente convencida de que essas reformas farão com que a Espanha saia da pandemia mais forte do que nunca-disse ela em Madri, observando que 40% dos fundos irão para a transição verde.

O sucesso do programa depende, em larga medida, do desempenho dos maiores beneficiários. A Espanha planeja oferecer acesso a conexões 5G de internet a até 75% da população nos próximos 5 anos e pôr 250 mil veículos elétricos em circulação até 2023.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Estado brasileiro precisa redefinir prioridades - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

IPCA deve subir 6,2% em 2021 e deixa inércia para 2022, diz LCA

Arícia Martins e Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

União terá R\$ 47 bi para usar no teto de gastos em 2002, diz IFI

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Mercado é pressionado pelo exterior; dólar volta a subir

Marcelo Osakabe, Olívia Bulla, Felipe Saturnino, Victor Rezende e Lucas Hirata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919

Ampliação de "jabutis" deixa em risco MP da Eletrobras

Daniel Rittner, Renan Truffi, Rafael Bitencourt e Vandson Lima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Grupo de partidos centristas reúnem-se para buscar consenso

Andréa Jubé

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186919?page=1§ion=1